Ofício n.º 064/2025 – SE/GAB

Em 12 de março de 2025

Ao Senhor Vereador
José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora
Rua Halfeld, 955 - Centro
CEP.: 36016-000 / Juiz de Fora – MG

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA
Protocolo nº 557
Em 12/03/2025
EXPEDIENTE

Assunto: diligência PL 020/2025
Ref.: Ofício nº526/2025-DE abd

Senhor Presidente da Câmara,

Com os cordiais cumprimentos, em análise ao exposto no Ofício 526/2025 - DE abd, Projeto de Lei nº 20/2025, de autoria do Vereadora Roberta Lopes, a Secretaria de Educação não encontrou impedimentos para a aprovação do referido projeto uma vez que esta Secretaria, em conformidade com o sistema educacional brasileiro que é inclusivo da creche à pós graduação, nas ações de rastreamento de vagas e Cadastramento Escolar, regido por edital, para estudantes que estão fora da rede municipal, cumpre o que é assegurado em legislação nacional como:

Na LBI - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, dispõe sobre a prioridade de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em creches, em pré-escolas e em instituições de ensino fundamental ou médio públicas ou subsidiadas pelo Estado.

Na Constituição Federal, que determina no Art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, a qual define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns.

E o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53, Inciso V - a saber - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019).

Sendo o que nos cumpre informar, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Profª. Graciele Fernandes Ferreira Mattos
Secretária de Educação em substituição